

Mulheres e (In)visibilidades: Notas sobre formas de visibilidade, cerceamento e violências contra mulheres

Aureliano Lopes, Bruna Potechi, Cecília Menduni Luís,
Juliana dos Santos Pereira Moraes, Laís Rodrigues, Rita Costa



WORKING PAPER 18

Mulheres e (In)visibilidades:

Notas sobre formas de visibilidade, cerceamento e violências contra mulheres

Aureliano Lopes (LIDIS/UERJ) aurelianolopes@gmail.com

Bruna Potechí (UFSCar) brunapotechí@gmail.com

Cecília Menduni Luís (CRIA/ISCTE-IUL) cimsl@iscte-iul.pt

Juliana dos Santos Pereira Moraes (CRIA/ISCTE-IUL) julianas.p@hotmail.com

Laís Rodrigues (CRIA/ISCTE-IUL) laisnana@hotmail.com

Rita Costa (CRIA/ISCTE-IUL) costaartil@gmail.com

Resumo

Este *working paper* tem a intenção de trazer a discussão levantada na primeira edição do Café com Antropologia, que teve como mote *Mulheres e (In)Visibilidades*. O evento foi organizado pela Rede dxs Doutorandxs do CRIA/ISCTE-IUL e contou com reflexões sobre a maneira como as mulheres são abordadas no Legislativo brasileiro, na atenção obstétrica, em casamentos entre brasileiras e homens brancos europeus, quando são ciganas feministas e quando trabalham como cuidadoras. O debate aponta para o jogo entre visibilidades e invisibilidades na abordagem às mulheres nestes diferentes contextos, ora resvalando para situações de subordinação e apagamento, ora engendrando possibilidades de resistência e subversão. Assim, nota-se que é a partir da construção de outras narrativas sobre suas histórias e lugares que podem ocupar que é possível desestabilizar as fronteiras hierárquicas e estabelecer outras relações de poder para as mulheres. Portanto, a visibilidade estaria relacionada a um discurso pautado nas questões de género. Tal discurso poderia desnudar e denunciar formas de violência que são naturalizadas em nossa cultura e, por isso, invisibilizadas.

Palavras-chave: mulheres, género, visibilidade

Women and (In)visibilities: Notes on visibility, barriers and violence against women

ABSTRACT

This working paper aims to elucidate the debates that took place at the first meeting of “Café com Antropologia” that had as a theme *Women and (In)Visibilities*. The event was organized by Rede dxs Doutorandxs of CRIA/ISCTE-IUL bringing forth insights on how women are perceived in different contexts, such as: the Brazilian legislative, obstetrician care, inside family relations between Brazilian women and white European men, Romani feminism and care work. The debates cast light on the interplay between visibilities and invisibilities in these contexts exposing subordination and erasement, as well as engendering possibilities of resistance and subversion. Therefore, we note that constructing other narratives about their histories and spaces make it possible to destabilize hierarchical barriers and to establish other power relations for women. Thus, gender discourses interweave with visibility, revealing and denouncing naturalized forms of violence in our own culture, processes that we claim to be invisibilized.

Keywords: women, gender, visibility

Apresentação

Aureliano Lopes¹

“Falar em mulheres e visibilidade é sempre falar em invisibilidade?”. Essa foi uma das questões surgidas no 1º Café com Antropologia - *Mulheres e InVisibilidades*, realizado no dia 7 de março de 2018 pela Rede dxs Doutorandxs em Antropologia do CRIA/ISCTE-IUL. Aproveitando-se o Dia Internacional da Mulher, comemorado mundialmente em 8 de março, as pesquisadoras Bruna Potech, Cecília Menduni Luís, Juliana Moraes, Laís Rodrigues e Rita Costa debateram seus trabalhos que, de diversas formas, tentaram responder à pergunta inicial deste texto. Através de diferentes temas como, por exemplo, a participação de mulheres romani (ciganas) no movimento feminista ou ainda a proposição do Estatuto da Mulher no Legislativo brasileiro, discutiu-se como ao se pesquisar estas e outras temáticas femininas acabamos falando da invisibilidade como uma forma de visibilidade cerceada e inferiormente hierarquizada no todo social: invisibilidade não se constitui necessariamente como um apagamento total, já que não visa excluir por completo, mas sim apagar e se mostrar que se está apagando aquela história, aquela voz, aquela figura... Como já havia afirmado a feminista negra brasileira Jurema Werneck ao refletir sobre invisibilidade das mulheres negras e o aniquilamento de suas identidades,

É porque inundamos de presença, de representação e de discurso que a violência se coloca na intensidade que esteve e está. Nós não estamos nem estivemos, em momento nenhum da história, invisíveis. Muito pelo contrário. O tema da invisibilidade, então, precisa ser traduzido para violência, para tentativa de aniquilamento discursivo e físico, material. Invisibilidade é isso: não é ausência, não é desaparecimento, é uma presença muito contraditória; é a necessidade de afirmação desse discurso ocidental que é branco, ocidental que é racista, ocidental que é patriarcal e heteronormativo. Isso tudo é tão contraditório que precisa ser confrontado, confrontado inclusive dizendo que não estamos lá, chamando essa presença de ausência. [...] essa invisibilidade é uma invisibilidade radicalmente visível, radicalmente presente (Werneck 2013: 41).

¹ Aureliano Lopes - Pós-doutorando visitante CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE-IUL setembro/17 – junho/18. Doutor em Saúde Coletiva, área de concentração Ciências Humanas e Saúde - IMS/UERJ, Rio de Janeiro, Brasil. aurelianolopes@gmail.com

É neste sentido que os trabalhos abaixo buscam questionar o racismo, o paternalismo e a genderização da invisibilidade presente nas vidas e trajetórias das mulheres sujeitos dos trabalhos destas jovens pesquisadoras, como também nas delas próprias, já que ser uma antropóloga no feminino e/ou feminista pode trazer para suas vidas e relações institucionais e entre pares as mesmas implicações encontradas em seus trabalhos de terreno. Visibilizar mais uma vez o trabalho que estas pesquisadoras vêm desenvolvendo junto ao CRIA/ISCTE-IUL é também resistir e lutar contra o apagamento pretendido naqueles processos de invisibilização do feminino. Apagamentos que ganham as mais diversas formas e nuances, desde a desqualificação profissional de mulheres pesquisadoras em um ambiente acadêmico ainda racista e machista ou ainda através de violências que visam ceifar a vida das mulheres, como o feminicídio ou mesmo crimes premeditados, como o recente assassinato de Marielle Franco no Brasil, uma voz negra que lutava justamente contra o apagamento e aniquilamento da identidade de mulheres negras e periféricas.

O investimento na noção de invisibilidade – e o par visibilidade/invisibilidade – como categoria analítica no trabalho destas pesquisadoras se dá, em especial, na visibilização dos diversos processos nos quais mulheres são reiteradamente subalternizadas no meio social, sendo tornadas sujeitos distintos de homens e/ou humanidade, por exemplo. Seguindo esta trilha, Bruna Potechki discute como no entendimento do Legislativo brasileiro, formado em sua grande maioria por homens, a categoria mulher se aproxima mais da categoria família, aprisionada e entendida num âmbito doméstico e privado, do que de um sujeito político cidadão mais geral. Este movimento visa tanto a subalternização jurídica das mulheres como ainda pretende excluí-las da participação política na formulação de leis e definição de seus próprios direitos e da população como um todo.

Esta invisibilidade genderizada aparece como despossessão de seus próprios corpos no trabalho de Laís Rodrigues: analisando o momento do parto em grupos de mulheres brasileiras e portuguesas, a pesquisadora nos mostra como o processo de medicalização do corpo feminino pela Biomedicina moderna se mostra consonante às hierarquias de gênero que mantém a subalternidade das mulheres no mundo Ocidental. A forma como as mulheres dão à luz acaba sendo quase em sua totalidade ditada pelos saberes e práticas biomédicos, que tanto aniquilam as possibilidades próprias de escolhas, saberes e cuidados acerca de seus corpos, como também geram processos de culpabilização naquelas que de alguma forma conseguem se sobrepôr à esta Biomedicina, ainda marcada por um ideal patriarcal de controle e dominação.

Os processos de invisibilização do feminino através do corpo também aparecem no trabalho de Juliana Moraes, que analisa os estereótipos construídos em torno de brasileiras migrantes no continente europeu. Seja pela invisibilização da experiência das brasileiras na Alemanha como pela discriminação presente na vida das brasileiras migrantes em Portugal, a delegação de um lugar subalterno a estas mulheres e a consequente dominação colonial a elas parecem sempre se mostrar presente, como nos mostra a hipersexualização dos corpos das brasileiras na Europa e a desvalorização racista de suas relações afetivas com nativos deste continente.

Já o trabalho de Rita Costa parte da invisibilidade histórica dos ciganos/Romani no continente europeu para se deter nas nuances de gênero que se mostram presentes neste processo. Se há na Europa esforços diversos de apagamento e aniquilamento da história, tradição e consequente legitimidade de ciganos/Romani de uma forma geral, às mulheres ciganas/Romani parece recair esta dupla e interseccional discriminação de etnia e gênero. Porém, não sem resistência e possibilidades de agência, como a pesquisadora discute ao analisar o ativismo Romani na atualidade e as lutas e reivindicação de visibilidade de mulheres feministas ciganas portuguesas.

Encerrando este conjunto de trabalhos, Cecília Menduni Luís aborda o tema da migração e o lugar social dado às mulheres migrantes. Analisando o contexto português, a autora discute em sua investigação como a invisibilização das mulheres migrantes se dá no mundo do trabalho, em especial naqueles realizados de modo informal e sem benefícios laborais. Será através do trabalho como cuidadoras de idosos que muitas mulheres migrantes construirão seu lugar social em Portugal, o que acaba por permitir sua sobrevivência, mas não sem nova redução e invisibilização do feminino ao âmbito do doméstico, do cuidado e da família.

Gênero como forma de tornar invisível - o legislativo como campo de análise

Bruna Potechí²

Tenho uma história de vida toda ligada à mulher. Casei com uma filha única e, 3 meses depois, meu sogro morreu. Fui buscar minha sogra, que me impôs uma condição: viria com 2 irmãs que moravam com ela. Eu as trouxe. Assim, casei-me com 4 mulheres. Depois, tive a primeira, a segunda, a terceira e a quarta filhas. Tive seguidas 10 netas, e recentemente nasceu uma bisneta. Sinto-me um homem feliz por defender todas as causas das mulheres e prestigiá-las, pois vivo rodeado por elas, graças a Deus. (BRASIL 2004)

Esta fala foi proferida em plenário da Comissão Especial do Estatuto da Mulher na Câmara dos Deputados em Brasília³. Era a primeira reunião da Comissão criada para emitir parecer a um projeto de lei propondo um “Estatuto da Mulher”. O deputado Cleonânio da Fonseca, que proferia a fala, abria os trabalhos da Comissão na sua primeira reunião para instalação e votação da presidência, que seria responsável por liderar os trabalhos de avaliação, debate e votação do projeto de lei antes de ser remetido ao plenário da Câmara dos Deputados. Falas com teor parecido, proferidas por homens, se aproximando de mulheres por relações familiares e se referindo às parlamentares presentes como esposas, mães e filhas foram comuns durante a tramitação do projeto de lei do Estatuto da Mulher na Câmara dos Deputados, aparecendo recorrentemente durante minha pesquisa de doutorado, que analisava justamente a produção de leis no Congresso Nacional Brasileiro a partir das discussões em torno do Estatuto da Mulher. Estas falas compunham parte do material de pesquisa que era diariamente buscado, organizado e analisado. Na pesquisa os dados apresentados resultam de três formas de imersão: (1) através dos documentos produzidos pelo legislativo, como projetos de lei, pareceres, votos, emendas; (2) dos registros em comissões, como notas taquigráficas, arquivos de áudio, vídeo, lista de presença, pauta, termos; e (3) do acompanhamento presencial de reuniões em comissões

² Bruna Potechí - Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS - UFSCar), São Carlos, Brasil, e pesquisadora visitante CRIA - ISCTE-IUL setembro/17 - março/18. brunapotechí@gmail.com

³ Dados referentes à pesquisa de doutorado com financiamento FAPESP, e artigo resultado do estágio de pesquisa com financiamento BEPE-FAPESP.

temáticas sobre mulher. Durante a pesquisa existia um constante movimento de “invisibilizar” mulher, fosse esta categoria jurídica ou ator político da produção legislativa.

Isto que podemos chamar de processo de tornar “invisível” é ilustrado pelos discursos que retratam mulher através de figuras familiares, como vimos no discurso acima, registrado em notas taquigráficas ou arquivos de áudio das reuniões. Este movimento emerge contrariando a legislação brasileira, onde mulher obteve igualdade jurídica (plena, pelo menos em teoria) com a promulgação da atual Constituição Federal (Constituição de 1988). Isto de certa maneira a colocaria em igualdade de direitos como cidadã, sem distinção de sexo. Ainda que outras Constituições tivessem incluído mulheres na categoria cidadã, muito ainda se restringia em relação à autonomia da mulher, principalmente em relação à família. Família, portanto, é na legislação brasileira considerada como detentora dos direitos que pudessem recair à mulher, quando esta vai conquistando, aos poucos, certos direitos. Com isto podemos citar o direito de herança ou o direito de exercer atividade remunerada; ainda que fossem considerados direitos da mulher, quem deveria consentir, ou responder por eles era sempre uma figura masculina em nome da família. Assim, o processo de emancipação jurídica da mulher na legislação brasileira é descrito como um processo de emancipação da família (Verucci 1994; Genofre 1995).

Em 1937 fora apresentado no Congresso Nacional o primeiro projeto de lei contendo um “Estatuto da Mulher”. Este, diferente do segundo projeto de lei propondo um Estatuto da Mulher em 2003, pontuava mulher ainda relacionada à família, evitando romper com a moral do modelo de família operante no momento em favor da ampliação de alguns direitos para a mulher. Como vemos no texto que antecede o projeto de lei 736 de 1937,

A lei votada pelo homem para o uso da mulher poupa quando muito a solteira e a viúva, tanto assim que uma escritora brasileira notável chegou a proclamar, certo dia, que a viuvez, com um ou dois filhos, é o estado civil ideal para a mulher. Certamente assim não pensam os homens e, justiça seja feita, nem a maioria das mulheres, cujas intuições mais puras se concentram em redor do lar e do companheiro. (BRASIL 1937)

Ainda que sejam menos frequentes tais afirmações em documentos produzidos pelo legislativo brasileiro durante a tramitação do PL 1399/03 entre 2003 e 2004, formas de relacionar mulher à família ainda permanecem operantes nos discursos proferidos no ato de legislar como vimos no primeiro trecho. Esta associação de mulher à família cria uma barreira entre a emancipação jurídica, política e legislativa de mulher. Uma primeira forma de

“invisibilizar” mulher seria anulando a evolução jurídica da categoria jurídica mulher ao manter em direitos uma concepção do termo não emancipada da família e com autonomia de direitos. Esta primeira forma, ao ignorar em falas a suposta emancipação jurídica e a transformação da categoria em sujeito de direito pleno, reflete numa segunda forma de “invisibilização” de mulher, deslocando-a enquanto possível legisladora. Referir-se a parlamentares enquanto figuras que refletem um retrocesso jurídico e político na forma de direitos das mulheres, nas figuras de mães, esposas e filhas parece, portanto, distanciar tais mulheres de suas próprias posições de legisladoras; elas são, figurativamente através de tais discursos, realocadas no cerne da família. Isto torna invisível a figura de parlamentares mulheres enquanto políticas.

Se podemos chamar este movimento de uma forma de “invisibilizar” mulheres enquanto atrizes políticas no legislativo, argumento que este movimento se dá através de relações genderizadas. Strathern descreve na Melanésia as (todas) relações genderizadas: “Dado que todas as pessoas são definidas em termos de suas aptidões ou capacidades, segue-se que as pessoas só podem ser compreendidas numa forma marcada pelo gênero” (Strathern 2006: 276). Naquele contexto, todas as relações acabam por ter gênero, sendo este extraído da relação a partir de uma contradição (Strathern 2006: 264). Nos discursos trazidos neste texto a relação é construída tendo como pressuposto a presença do gênero masculino e feminino. O masculino discursa para um público feminino, onde ao feminino recai uma maior distância da política e um reposicionamento dentro do ambiente familiar. Ao gênero feminino na política recai uma retomada de pressupostos familiares que seriam operantes de mulheres, e que automaticamente diminuiria a presença política delas. Este tipo de relação, que de um lado “invisibiliza” mulheres das duas maneiras apresentadas, é uma relação produzida no contraste masculino-feminino num espaço descrito maioritariamente como espaço masculino (Pinto 2001; Butler 2003). É neste contraste, e neste movimento através de gênero, que mulheres são diminuídas no legislativo brasileiro, ou o que poderíamos dizer “invisibilizadas”.

Invisibilidades e insurgências no/para o parto

Laís Rodrigues⁴

Mais uma das situações em que se pode observar o jogo entre visibilidade e invisibilidade de mulheres é a cena do parto. Nela é possível pormenorizar como a invisibilidade da mulher parturiente foi construída a partir de uma justificativa paternalista, genderizada, que estabelece hierarquias e jogos de poder que germinam o apagamento do parto como uma experiência potencialmente transformadora para as mulheres. Segundo Françoise Thébaud (2002), a medicalização deste evento começou no período entre guerras, impulsionada pelos movimentos em prol da natalidade, principalmente na França. Este é o mesmo contexto de ascensão da higiene social, que trouxe a sujeição da população a um controle médico generalizado, disfarçado sob a égide da segurança e do conforto.

De modo sucinto, a medicalização do parto pode ser concebida como o processo de transferência das parturientes para as maternidades, transformando o parto em “um ato médico praticado em lugares muito medicalizados” (Thébaud 2002: 415). Assim, a centralidade do parto, antes pertencente a mulheres – tanto às parturientes quanto às consideradas sábias que lhes prestavam assistência – foi transferida para a instituição hospitalar e para o profissional médico, geralmente homem. Como reação, a partir da década de 1970, o processo de medicalização esbarrou num movimento de contestação do poder médico e nas reivindicações das mulheres quanto a decidirem sobre seus corpos.

Para refletir sobre a invisibilidade do parto como uma experiência potencialmente transformadora para as mulheres, parte-se de pesquisa etnográfica num grupo de apoio ao parto humanizado em Recife/Brasil e num curso de preparação para o parto em uma vila portuguesa, localizada no distrito de Santarém, com cerca de 11 500 habitantes. Ambos espaços assumem características que os tornam capazes de estabelecer condições de manutenção ou questionamento em relação ao *status quo* não só da atenção obstétrica, mas também da condição da mulher/mãe. As narrativas que perpassam esses grupos, permitem analisar a experiência do parto como possibilidade de subjetivação ou sujeição. Assim, o parto pode ser vivido pelas mulheres como estratégia de poder e alternativa para subverter as hierarquias

⁴ Laís Rodrigues - Pós-doutoranda vinculada ao Programa Nacional de Pós Doutorado da Capes (Brasil). Investigadora do CRIA - ISCTE-IUL. Doutora em Antropologia, UFPE, Recife, Brasil. laisnana@hotmail.com

presentes nas relações de gênero e outras, de modo a reafirmar suas autonomias, buscar o autoconhecimento e exercitar o cuidado de si.

Por outro lado, os cursos de preparação para o parto podem contribuir para a reprodução de desigualdades de gênero e a ideia do parto/maternidade como fatalismo biológico. Pode-se reproduzir um discurso de sustentação da centralidade no profissional de saúde na atenção ao parto, no qual os corpos das mulheres são vistos sempre como passíveis de intervenção, manipulação, a partir, por exemplo, da legitimação de intervenções e manobras já condenadas pela OMS, como é o caso da episiotomia. Há um esvaziamento da experiência do parto, que parece entrar na vida das mulheres como algo de que elas não podem escapar.

Sendo assim, o cenário obstétrico atual, português e brasileiro, no qual a medicalização e a tecnocracia vigoram na atenção à gestação e ao parto, pode ser lido como uma estratégia de poder que busca, em nome de uma segurança, estabelecer um certo controle social, do qual as mulheres que optam por um parto humanizado parecem tentar fugir. Os mecanismos de culpabilização, constrangimento e alienação se configuram como desdobramentos de uma prática coercitiva e vigilante que perpetra, de modos subliminares e imperativos, um modelo a ser seguido que abre, inclusive, precedentes para que as diversas formas de violência praticadas contra as mulheres durante o parto sejam banalizadas e invisibilizadas.

Para Sonia Hotimsky e Augusta Alvarenga (2002: 477), a cena do parto pode ser analisada como um palco de novas formas de “controle social das subjetividades, das relações de gênero e da família”. Assim, a escolha por um parto humanizado pode se constituir numa alternativa de “exercício de não passividade diante das facilidades tecnológicas e de dúvida sobre as possibilidades mágicas de solucionar problemas reprodutivos” (Scavone 2001: 150). Com isso, as mulheres negam a subordinação e assumem um papel ativo sobre o evento, subvertendo os padrões estabelecidos, que retroalimentam a medicalização, a visão da mulher como sempre passível de intervenções, porque fraca e imperfeita, e da maternidade como vivência de sacrifício e realização.

Portanto, a abordagem de alguns cursos de preparação para o parto pode funcionar como reforço a uma atitude acrítica, que sujeita a mulher, pouco ou nada questiona sobre as desigualdades de gênero e sobre as formas instituídas de atenção ao parto, retroalimentando a invisibilidade desta experiência e colaborando para a manutenção de hierarquias. Já quando articulados às noções de gênero, os grupos de apoio à gravidez e ao parto podem abrir caminho

para a reconfiguração do lugar da gestante/parturiente, o questionamento da onipotência do médico, dos saberes e verdades envolvidos na atenção à gravidez e ao parto e, por conseguinte, abre-se espaço para novas relações de poder, estéticas, feminilidades, sexualidades e além (Rodrigues 2015).

Por fim, vale mencionar a importância de trazer à tona estas questões por meio de pesquisas, com o intuito de gerar consequências para a ordem social e cultural, como refere Álvaro Pires (2010). O motivo de mantê-las esquecidas ou invisibilizadas está ligado ao peso e/ou incômodo que elas suscitam. Assim, problematizar a maneira corrente como as mulheres dão à luz parece colocar em cheque aquilo que soou ser uma escolha ou a melhor alternativa existente para a maioria das pessoas que já tiveram filhas/os ou que precisaram lidar, de alguma forma, com o assunto, bem como desestabiliza algumas crenças enraizadas no saber da Biomedicina, no poder médico e nas hierarquias de gênero que definem lugares de subjugação à mulher, onde seus corpos e vidas necessitam ser escrutinados e alvos de intervenções para apresentar um bom funcionamento.

“Meu marido (não) é mais importante do que eu, o que ser casada com um homem branco europeu me ensinou sobre meu lugar no mundo”

Juliana dos Santos Pereira Moraes⁵

Comecei meu trabalho de campo⁶ tentando perceber algumas interseccionalidades, principalmente em torno das discussões sobre o cuidado, que está crescendo nas ciências sociais e se tornando uma ferramenta analítica para se pensar e refletir o projeto migratório das brasileiras, tendo em conta o que faz com que estas imigrantes mantenham seus elos intergeracionais mesmo estando em outro país. Mas devido ao convite para se pensar “As mulheres e Invisibilidade”, comecei a repensar o campo e percebi que uma dessas interseccionalidades estava muito presente no cotidiano: a categoria da nacionalidade e a do gênero, pois era possível perceber os efeitos dos estereótipos, preconceitos e representações sobre as mulheres brasileiras na sua mediação com a sociedade de acolhimento.

Maxine Margolis (2008) ao estudar os brasileiros nos Estados Unidos percebe que a etnicidade brasileira é uma categoria indistinta e ambígua dentro do contexto da imigração, e que essa ambiguidade ajudaria a explicar a invisibilidade brasileira. Devido a sua etnicidade brasileira contestada, que os levou a serem praticamente invisíveis como um grupo imigrante distinto e geralmente confundidos com os hispânicos, acredita a autora que essa invisibilidade vem por: 1) o contexto da migração não reconhecer a língua portuguesa e confundir com o espanhol; 2) devido ao censo não ter a opção da nacionalidade brasileira; e 3) porque grande parte dos brasileiros vivem de forma indocumentada nos EUA, ilegalmente e, muitas vezes, preferem não preencher formulários ou participar do Censo.

No que se refere às brasileiras em Portugal, Machado (2007) e Beatriz Padilla et al (2010), concordam que a especificidade do gênero é somada à especificidade da nacionalidade, já que os brasileiros em Portugal não são confundidos com outros imigrantes, possuindo uma identificação própria carregada de estereótipos específicos, devido ao reconhecimento socio-

⁵ Juliana Moraes - Doutoranda em Antropologia. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia. julianas.p@hotmail.com

⁶ Essa reflexão parte de uma pesquisa etnográfica realizada na Alemanha entre os anos de 2016 e 2017, com 63 mulheres brasileiras, que mantêm ou mantiveram uma relação conjugal com um Alemão e vivem na Alemanha. Foram realizados inquéritos online, entrevistas, conversas informais, com elas e com seus maridos e filhos. Também participei de momentos de intimidade familiar, como festas e refeições em família e, além disso, acompanhei suas participações em redes sociais, nas Comunidades Virtuais e nos *Blogs*. Essa combinação de métodos possibilitou obter uma imagem mais complexa da vida das participantes, ajudando-me a perceber os anseios, dúvidas, expectativas e representações dessas mulheres sobre sua vida conjugal.

histórico; do papel da mídia (Cunha 2005) e das relações coloniais e étnico-raciais que estão envolvidas (Gomes 2009), além de serem percebidas como pertencente a uma classe social econômica subalterna (Pontes 2004).

Refletindo sobre o contexto das brasileiras que vivem na Alemanha, lembro de duas interlocutoras. A primeira, Cátia, que morava em São Paulo e atualmente mora em Berlim, é graduada em Letras (Alemão), trabalha como revisora e tradutora e inicialmente foi para a Alemanha para fazer intercâmbio em Leipzig. Casou-se e desde então escreve para o blog “Brasileiras pelo mundo” e fala sobre como se sente invisível ao lado do seu marido. Escreve ela:

Não foi uma decisão minha, nem dele. Na nossa vida privada, temos uma relação entre iguais, com todos os compromissos e eventuais concessões que um relacionamento exige de ambas as partes. Porém, quando colocamos os pés para fora, ele é um homem branco europeu e eu sou uma mulher latina. E, seria ingênuo não admitir, o corpo que vestimos influencia (se não, muitas vezes, define) nosso lugar no mundo (...) Por contraste, descubro que nossas experiências no mundo são distintas. Fossem ocorrências pontuais, não valeriam mais do que um revirar de olhos. Mas observo como, com frequência, em restaurantes, espaços públicos e eventos sociais, meu marido é o primeiro a receber a primeira palavra, restando a mim uma atenção atravessada ou mesmo as sombras. Observo como ele se desliza pelo mundo, moldado para homens como ele. Sem precisar correr atrás dos seus papéis, pois seu rosto é um atestado absoluto de respeitabilidade [...]Por um tempo, passei a questionar se era invisível, assim como questiono, até hoje, minha identidade desde que deixei o Brasil e todas as certezas e privilégios da minha protegida e inexperiente vida de classe média-universitária-branca-hetero-paulistana. (Pietro 2017).

E a segunda é Cristina, com quem convivi alguns meses. Ela tem 45 anos, mora em Colônia, conheceu seu marido através de um site de relacionamento e, diferentemente de Cátia, tem a pele escura e no seu cotidiano percebe que para além do gênero e da nacionalidade, lançam sobre ela um olhar que reflete a formatação de uma identidade nacional brasileira, articuladas com narrativas de raça. Como ela afirma:

O fato de ser brasileira e negra me ajudava a arranjar um namorado e usei isso em vários momentos, até que conheci meu marido e nos casamos, na nossa vida cotidiana, sempre quando chegamos em algum lugar, em que as pessoas não nos conhecem, elas sempre nos olham, a mulher negra e pobre ao lado do homem branco e rico, e isso me incomoda muito, eu não aguento esses olhares, que minimizam as pessoas, sem conhecer, sem saber, qual a história que carregamos. (Entrevista à autora).

Para entender um pouco o que vem a ser a invisibilidade me apoio em Luiz Eduardo Soares (2008). Para esse autor, ver e ser visto são duas faces de uma mesma moeda e, portanto, ser invisível é não fazer parte do todo e uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre a ele ou ela, um estigma. A invisibilidade decorre principalmente do preconceito ou da indiferença, onde se estereotipa uma pessoa não pelo que ela realmente é, em seu eu único, mas por suas semelhanças físicas com outras e quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância, tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece.

O estigma em alguns casos pode até ser subvertido e usado a seu favor (Padilla, 2009), como no caso de Cristina ao afirmar que “o fato de ser brasileira e negra me ajudava a arranjar um namorado e usei isso em vários momentos” e até mesmo lhes proporcionar uma certa vantagem no mercado dos afetos (Assis, 2007). Mas o fato é que, no movimento entre se sentir muito visível como Cristina, ou se sentir invisível como Cátia, ambas lidam com os estereótipos, sejam eles relacionados com a hipersexualização da mulher brasileira ou do patriarcalismo e a estigmatização associada aos casamentos transnacionais e mesmo que essas mulheres tenham uma agência isso não significa que ocorra uma reversão dos estereótipos. Nesse contexto, proponho refletir sobre as questões que levam essas mulheres a se sentirem invisíveis, pensar também em outras situações que muitas mulheres (não apenas brasileiras), vivenciam no seu cotidiano que as fazem se sentirem invisíveis, como as situações de abuso e dependência do companheiro no estrangeiro, das quais não conseguem escapar.

Breve apontamento sobre processos de *InVisibilização*: o caso das “Mulheres”, “Ciganas” e “Feministas” portuguesas

Rita Costa⁷

A questão das *InVisibilidades* das mulheres e, sobretudo, dos processos e negociações que medeiam os dois polos, tem cruzado de diferentes formas a investigação etnográfica que tenho vindo a realizar no âmbito de uma pesquisa de doutoramento centrada nas apropriações tecnológicas e na presença dos ciganos portugueses – as pessoas romani portuguesas – nos media sociais⁸.

No âmbito da presente investigação, tenho conversado com pessoas ciganas de diferentes idades, géneros, profissões, escolaridade e condições de vida. Apesar disso, é importante referir que a maioria destas pessoas tem: (ou) uma escolaridade acima da média para esta população; (e/ou) são pessoas com um *estatuto* entre as famílias ciganas portuguesas, ora pela idade e família, ora pelo que foram construindo ao longo das suas vidas (com “Honra” e “Vergonha”); (e/ou) utilizam muito frequentemente tecnologias da *web* e as designadas redes sociais, e que, de algum modo, esta prática tem impactos importantes nos seus quotidianos de vida. Nem todas as pessoas com quem tenho conversado estão representadas nesta breve tentativa de sistematização. Por exemplo, quem não sendo utilizador de redes sociais, tem algo a dizer sobre este universo e grande consciência de como as “redes” funcionam e as afetam, exercendo até algum controlo sobre a participação de outros que lhes são próximos. Ou quem seja um “utilizador frequente”, sem dispor de um qualquer perfil pessoal numa rede social. Os dois exemplos apresentados, ilustram particularmente os casos de algumas das mulheres ciganas que tenho vindo a conhecer. Como este parágrafo começa por revelar, trata-se de um conjunto de pessoas – e de mulheres – muito heterogéneo, as quais fui conhecendo no terreno de investigação (que cruza lugares *online* e *offline*), sobretudo, por efeito “bola de neve”.

Antes de avançar, é preciso salientar que no campo da história das tecnologias, não raras vezes, as histórias têm sido contadas e reproduzidas no masculino, existindo uma grande invisibilidade do contributo das mulheres em geral. É também importante referir que estes processos de invisibilização são/foram ainda mais profundos para certas mulheres,

⁷ Ana Rita Costa – Doutoranda em Antropologia. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia. costaartl@gmail.com.

⁸ Projeto de Doutoramento *Ciganos 2.0: Etnografando os usos das TIC e a presença dos ciganos nas redes sociais*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/103395/2014).

nomeadamente, para as que cruzam outros processos históricos de invisibilização. Assim, quando na década de 90, com a crescente presença de mulheres *online*, a Internet começou a ser percebida por algumas mulheres, feministas, quase todas brancas, de classe média e de países ocidentais, como um espaço onde era possível construir-se lugares livres e libertadores para todas as mulheres do mundo, outras mulheres, também de classe média, mas provenientes de outros contextos, começaram a perceber com ceticismo estas explosões de entusiasmo (ver, por exemplo, o que Gajjala (2000)). O “Ciberfeminismo”, designação que estava em voga para descrever esta nova forma de participação política feminista, só estava ao alcance de um grupo minoritário de mulheres e, por essa razão, as vozes que emergiam na *Web* não podiam ser tomadas como as vozes de todas as mulheres e, muito menos, podiam pretender falar por todas elas. Muito embora continue a existir uma grande desigualdade em termos de acesso às tecnologias e à Internet, com particular reflexo nas mulheres, hoje a *Web* está mais disseminada, passando a fazer parte dos quotidianos de muitas pessoas em muito lugares diferentes (também por essa razão, o não acesso a esta pode constituir uma forma mais agravada de exclusão). Atualmente, para muitas mulheres e jovens ciganas portuguesas, as redes sociais são quase uma extensão de si, estão imbuídas nas suas vidas quotidianas, como temos vindo a perceber ao longo da presente pesquisa etnográfica.

O rápido desenvolvimento tecnológico a que estamos a assistir, como previsto, renovou os desafios que enfrentamos (Castells 2000). No entanto, ao contrário de algumas expectativas, o mundo continua a não caminhar para um todo homogéneo ou fraco. Por outro lado, hoje a difusão das tecnologias digitais e o crescente uso dos *media* sociais tornaram-se meios importantes para compreendermos muitos fenómenos contemporâneos. Esta rápida disseminação está a ter importantes implicações nos movimentos sociais (veja-se Barassi 2015), que extravasam a lógica positivista/pessimista e não representam necessariamente uma rutura com o passado. No caso do movimento Romani, assistimos, por exemplo, a uma renovação e à criação de novos espaços de discussão dos próprios para os próprios.

A última década tem também sido marcada pelo crescimento de um movimento transnacional de mulheres romani, um movimento que reclama um lugar para as vozes das mulheres romani, plurais e heterogéneas, dentro dos movimentos sociais, nomeadamente, dentro dos movimentos feministas. Um marco importante foi a realização, em 2012, do primeiro simpósio feminista Romani que juntou mulheres de diversas nacionalidades (Brooks 2012), nenhuma portuguesa. Contudo, mais recentemente, estes debates têm chegado a algumas mulheres ciganas portuguesas, na generalidade, mais escolarizadas do que a maioria

das restantes mulheres e homens ciganos portugueses. Trata-se de mulheres cuja experiência de participação política, na generalidade, está, para já, intrincada na participação nos *media* sociais, particularmente, nas redes sociais, usando as ferramentas digitais e as redes como a sua principal, e até, única, forma de participação, ou, como referem, de “ativismo”. Também pela questão da própria língua, mas não só, estas mulheres têm seguido com maior atenção os debates das mulheres romani em Espanha.

Em Portugal, estas mulheres, *ciganas e feministas*, como se apresentam, têm vindo a denunciar os silenciamentos de que são alvo, também nos movimentos feministas, uma vez que os debates antirracistas – o Anticiganismo (*antigypsyism*)⁹, termo que engloba o racismo estrutural contra as “comunidades ciganas” –, não têm sido devidamente considerados. Por essa razão, como denunciam, estes movimentos têm falhado no seu propósito, pois o lugar que reclamam não as representa.

O exemplo que darei de seguida é revelador deste jogo entre visibilidades e invisibilidades que fomos desafiadas a pensar a partir da nossa pesquisa. Trata-se de um exemplo que acredito ilustrar bem esta invisibilização da mulher cigana, enquanto mulher, feminista e cigana, mas também, as estratégias de luta contínua contra este processo por parte das próprias mulheres ciganas, que, note-se, não estão apenas historicamente invisibilizadas, são também o alvo de hipervisibilidades várias. Em abril de 2017, na sequência da publicação de um artigo numa plataforma *online* feminista, escrito por uma mulher não cigana, cujo conteúdo versava justamente sobre a “invisibilidade” das “meninas ciganas” e a necessidade de “nós”, mulheres feministas não ciganas, a par “delas”, as emanciparmos, algumas mulheres ciganas e feministas, não apenas se posicionaram contra o artigo – acusando-o de homogeneizar as mulheres ciganas e de ser “paternalista” –, reclamaram também o direito de escreverem sobre si próprias, na sua pluralidade. Não foi o primeiro artigo sobre mulheres ciganas publicado por esta plataforma, nem o conteúdo do presente artigo era substancialmente diferente dos que haviam sido escritos num passado recente. Mas, ao contrário das publicações anteriores, o presente artigo foi lido, partilhado, comentado e debatido pelas próprias mulheres

⁹ “*Antigypsyism is the specific racism towards Roma, Sinti, Travellers and others who are stigmatized as ‘gypsies’ in the public imagination. Although the term is finding increasing institutional recognition, there is as yet no common understanding of its nature and implications. Antigypsyism is often used in a narrow sense to indicate anti-Roma attitudes or the expression of negative stereotypes in the public sphere or hate speech. However, antigypsyism gives rise to a much wider spectrum of discriminatory expressions and practices, including many implicit or hidden manifestations. Antigypsyism is not only about what is being said, but also about what is being done and what is not being*” (Alliance Against Antigypsyism 2017)

ciganas por meio das redes sociais, neste caso, do Facebook e do Messenger. Este movimento plural e concertado de contestação, trouxe novas visibilidades para as mulheres ciganas, desta vez, percebidas pelas próprias como verdadeiramente emancipatórias. Termino esta breve apresentação com uma declaração de uma das mulheres ciganas, publicada nos comentários da página do Facebook da plataforma feminista, em resposta à publicação do artigo.

Passei a minha vida a ser vista ao longe desde menina, a minha realidade não fez parte da sua vida inteira por eu ser vítima de uma marginalização histórica e reproduzida até á actualidade. A demissão de compreensão e de exercício de deveres dos sucessivos poderes desde o século XV, até ao actual estado social não permitiram que as nossas realidades se encontrassem.

Se, o exercício de deveres desses mesmos poderes fossem exercidos com a base da equidade, talvez muitas das meninas e ciganas não teriam visto vedado o seu acesso á educação. E não se teria alimentado a sujeição á pobreza, exclusão social. E, quiçá, teríamos crescido lado a lado em habitações condignas?! E eu, eu não teria que ouvir em tom jocoso que pareço uma branca portuguesa, pelo meu tom de pele claro, e por me interessar pelo ganho de consciência de que a educação é necessária para todas e todos. Com o meu crescimento pessoal, vieram várias questões: Porque é que optaram alguns dos cidadãos da sociedade geral portuguesa (brancos) por serem desinformados, preconceituosos e a basearem-se sempre em estereótipos para afirmarem-se como conhecedores profundos sobre tradições e cultura cigana? Neste processo de ganhar consciência crítica, pergunto: Vamos continuar a fingir que não nos vemos uns aos outros?

Caríssima – infelizmente há pontos no seu texto que nos levam a estar de acordo, mas não nos unem.

Sou mulher e cigana, sou mãe e, espante-se, sou feminista.

(Assinado com o primeiro nome pela Ativista)

Invisibilidade e subvalorização do trabalho de mulheres cuidadoras

Cecília Menduni Luís¹⁰

A responsabilidade pelo cuidado prestado a alguém que se encontra numa situação de dependência é uma atividade prestada cumulativamente com o serviço doméstico. Cuidadora é aquela que cuida, neste caso, a que assegura que o dependente tenha qualidade de vida, segurança, higiene e mesmo prestação de cuidados de saúde quando este não os consegue assegurar a si mesmo. Invisibilizada socialmente, considerada uma profissão subvalorizada¹¹ e mal remunerada, esta área é um nicho onde ainda se encontra emprego, primeiro porque nem todas as mulheres tem aptidão para desempenhar esta função, segundo porque existe uma grande rotatividade, e terceiro porque é uma área em crescimento.

Ser cuidadora pauta-se em parte pela necessidade de trabalho, mas também pela existência de uma economia moral (LeChat 2001) como recurso de defesa contra a incerteza. Assim, executando uma atividade considerada menor (Hirata, 2014), e pelo facto de grande parte das vezes exercerem a atividade a título particular, as cuidadoras tornam-se muitas vezes mulheres invisíveis.

Falar de cuidadoras é falar de uma atividade intrinsecamente ligada ao sexo feminino (Guimarães, Hirata e Sugita 2011)¹², é falar de género - de mulheres, mas também das suas vidas na invisibilidade. Para Paperman (2013), o *cuidado* é provido pelas dimensões do género, mas sem poder ser dissociado das restantes conceptualizações descritas por Helena Hirata (2014), autora que aborda a questão da interseccionalidade e dos seus reflexos na vida das mulheres.

Verificando como se enquadram estas mulheres no mercado de trabalho, podemos referir que uma grande parte tem como origem os países pertencentes aos PALOP ou países falantes de língua portuguesa, como o Brasil, muitas são imigrantes ou então nasceram em solo português no período da colonização, e quase todas já desempenharam estas funções anteriormente. Para além da capacidade de domínio da língua portuguesa, têm que estar aptas

¹⁰ Cecília Luís - Doutoranda em Antropologia. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia. cimsl@iscte-iul.pt

¹¹ Ser cuidadora é estar associada a um trabalho pouco limpo, fazer a higiene daquele que recebe o cuidado.

¹² Mesmo existindo já alguns cuidadores homens, estes têm maiores dificuldades de incursão no mercado de trabalho, sendo reduzido o número daqueles que em Portugal desempenham esta atividade.

a cozinhar, limpar e cuidar de um idoso ou dependente (quase nunca por ordem inversa). Ser cuidadora em Portugal é ter que ser polivalente. Estas raramente são recrutadas como mais uma pessoa a crescer à casa para prestar um serviço juntamente com a empregada doméstica: a cuidadora é muitas vezes o único elemento externo. Cabem-lhe assim as diversas tarefas desde a arrumação da casa à prestação de cuidados.

No decurso da sua atividade profissional, estas mulheres acabam por estabelecer uma relação de grande proximidade com os que dependem dos seus serviços. O apego e a amizade que criam, cumulativamente com a responsabilidade que sentem por cuidar, chegam a ser mais valorados que os baixos salários ou a inexistência de contratos de trabalho (Guimarães, Hirata e Sugita 2011), o que por vezes adia os seus objetivos de vida, e mesmo a procura de um novo emprego melhor remunerado e com maior segurança legal.

Analisando nesta perspetiva, podemos concluir que também aqui o “*cuidado*” é um sentido abrangente para descrever os processos e sentimentos em que pessoas cuidam umas das outras em várias dimensões da vida social (Lima, 2016), num ato de reciprocidade que transmite estabilidade emocional e algum conforto e “segurança”, permitindo às cuidadoras ter rotinas estabelecidas e um vencimento ao final do mês.

A cuidadora toma conta, assegura que a pessoa cuidada por si esteja bem, e a sua contrapartida é muitas vezes uma relação quase familiar, em que existe uma partilha do espaço privado, proporcionando algo que o proprietário já não consegue assegurar para si mesmo - conforto e bem-estar - aqui num contexto social, mas também relacional (Schulz & Quittner, 1998). Cuidar implica proximidade, já não é só um vínculo laboral, mesmo que seja de palavra - é um compromisso. O grau de responsabilidade assumido por estas mulheres cuidadoras chega a ser tão grande (que num pedido de referências) um familiar de uma senhora que tinha uma cuidadora em casa chegou a referir sobre esta última:

A minha tia estava bastante doente e desidratada, nas folgas ia uma outra cuidadora tomar conta dela, mas a Maria¹³, mesmo sendo o seu dia de folga, passava por lá para saber se estava tudo bem e se a colega lhe tinha dado água.

O profissionalismo, a parte pessoal e emocional misturam-se, o que corrobora o parecer de Weber: “*as pessoas agem orientadas por valores, ou por interesse ou pela tradição*” (Weber

¹³ Nome fictício

apud LeChat, 2001); assim, existem valores morais que remetem estas mulheres para esta área, mas, como se constata também, é a necessidade de sobreviver que as move. O facto de ser uma profissão muito associada ao feminino por questões culturais faz desta área um nicho em que ainda se encontra trabalho com relativa facilidade, uma situação tendencialmente crescente não só em Portugal, mas em toda a Europa, o que se suporta também no envelhecimento populacional (Becker 2018); assim, são muitas as mulheres imigrantes que, quando chegam, procuram trabalho nesta área.

No caso concreto das mulheres imigrantes, Lechner diz que existe um limbo, um *período de incerteza* e de sentimentos contraditórios que colocam em questão a construção imaginária *versus* a realidade (2007), e no desempenho da nova actividade¹⁴ para as cuidadoras, reconfigura-se o projeto inicial. É um estado límbico em que, para as mulheres imigrantes, o acesso a um Cartão de Residência se torna mais difícil, mesmo quando têm contratos de trabalho, porque os baixos salários que auferem não permitem comportar o pagamento dos custos associados ao início do processo junto das entidades competentes, pelo que estar regularizada nestas circunstâncias é muitas vezes um projeto adiado.

Mesmo as redes em que estão inseridas comportam uma classificação que regula as relações interpessoais (Hirata, 2014), e que se consubstancia entre o ser documentado ou não, e entre o tipo de tarefas executadas e avaliadas pelo maior ou menor prestígio dentro da comunidade. Assim, se a invisibilidade é relacional, podemos referir a existência de categorias com as quais alguns grupos não se identificam por não lhes trazer nenhum referencial que lhes permita ser valoradas e visíveis. O mesmo se passa na sociedade em geral; Schütz refere a relação de subalternidade que se estabelece nas relações interpessoais como sendo de carácter intersubjectivo (1998), o que nos faz pensar que a interação social dentro de um grupo adquire maior ou menor visibilidade consoante o estatuto dos actores sociais envolvidos, o que engloba parâmetros de medição de valor como a capacidade económica, o género, a área profissional ou de formação e a classe social, na mesma linha de análise de Helena Hirata quando nos remete para a interseccionalidade (2014).

¹⁴ O cuidador é também exposto a um desgaste físico e psicológico que origina muitas vezes a Síndrome de Burnot, referido por Maslach et al., *um estado de exaustão, despersonalização e baixa realização profissional* (2001).

A noção de alteridade aqui presente remete-nos também para a noção fenomenológica em Hegel, autor que refere o reconhecimento como um ato recíproco e de identificação identitário (1992) para a intencionalidade de não ver (Schütz 1998; Tomás, 2008), o que revela uma intencionalidade selectiva entre o que é visível e o invisível, e prova que a capacidade de seleccionar o que não se vê não consiste numa abstracção, mas antes num acto intencional. Também aqui a desvalorização reporta para a invisibilidade, mas esta é mais vasta em relação à intencionalidade, porque nos remete para um enquadramento de negação mais complexo - o medo da velhice, da morte, e da doença e o consequente distanciamento intencional de realidades que a sociedade em geral pretende adiar e ocultar dos seus quotidianos.

Em resumo: a condição feminina aparece aqui subalternizada de diversas formas, através da invisibilidade social associada a uma *conjunção das relações de poder, de sexo, de raça, de classe* (Hirata, 2014), que, como refere Werneck, assume uma conotação de violência (2013:41). A invisibilidade social do trabalho doméstico, seja este remunerado ou não, provoca o apagamento destas mulheres, como se este fosse uma atribuição do feminino: “*devido a questões de atribuições de papéis, a mulher ainda continua com esta tarefa de cuidar, cuidar dos filhos, cuidar da casa, do marido, de doentes*” (Areosa et al, 2014). Este trabalho necessário não é considerado e fica aos olhos da sociedade muitas vezes aquém daquilo a que se pode chamar um emprego: uma cuidadora particular não é vista como uma pessoa que tem um emprego, “toma conta de uma senhora”, o que por si não é uma categoria profissional.

Cumulativamente, no caso das mulheres imigrantes, o facto de ser de outro país, de estar presente como “imigrante” e não como “estrangeira”, assume também uma conotação depreciativa de subalternidade que, associada à prestação de um serviço (o de cuidadora) ainda sem o reconhecimento devido pela sociedade, cria constrangimentos e desigualdades seja a nível do reconhecimento da categoria socioprofissional, como, por acréscimo, dos direitos de cidadania. Assim, estas mulheres são alvo de diversos tipos de invisibilidade: não são visíveis porque não adquiriram reconhecimento numa profissão cada vez mais necessária, porque muitas são imigrantes, porque são mulheres, porque estão em contacto constante com a noção de finitude, doença, velhice e morte; e são ainda invisíveis devido às suas próprias vidas de dedicação, condicionamento e isolamento na sua profissão de cuidadoras.

Considerações Finais

Por fim, vale mencionar que o jogo entre visibilidade e invisibilidade é abordado nos trabalhos expostos a seguir como possíveis estratégias de poder que ora engendram formas de subordinação, hierarquização e, quiçá dominação, e ora fomentam espaços de resistência e subversão. É importante perceber que as situações discutidas parecem se configurar como territórios de articulação que podem permitir o questionamento de lugares e saberes já postos e, por conseguinte, outros modos de circulação, apropriação e relações, nos quais as visibilidades podem ser potencializadas.

Afim de finalizar o artigo apresentado, e longe de produzir conclusões sobre as exposições, trazemos alguns dos resultados observados no debate posterior às apresentações. A maior parte das observações constatou e enfatizou a relação entre gênero e processos, que podem se dar em contextos e de maneiras distintas, de invisibilizar. Dessa maneira, pareceu-nos intrigante as observações sobre a interrelação entre estes dois termos. Também foram ressaltadas e comparadas as formas como estereótipo, estigma, preconceito tomam formas específicas ao serem cruzados com gênero, o que nos leva novamente à interrelação mulher-(in)visibilidade. Por último, constatamos como nossos trabalhos têm o intuito de romper com estas formas de apagamento, principalmente nas tentativas, como a da execução e participação do evento em questão, de visibilizar estes processos de apagamento que perpassam nossas pesquisas, ou ainda, ao repensarmos tais formas de apagamento em nós mesmas enquanto pesquisadoras.

Referências

ALLIANCE AGAINST ANTIGYPSYISM. 2017. “Antigypsyism – A Reference Paper. Version June 2017. <http://antigypsyism.eu/wp-content/uploads/2017/07/Antigypsyism-reference-paper-16.06.2017.pdf> .

AREOSA, SÍLVIA VIRGÍNIA COUTINHO, HENZ, LETÍCIA FERNANDA, LAWISCH, DANIELA, & AREOSA, RENATA COUTINHO. (2014). Cuidar de si e do outro: estudo sobre os cuidadores de idosos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(2), 482-494.

BARASSI, Veronica, 2015, “Activism on the Web: Everyday Struggles against Digital Capitalism”. (New Developments in Communication and Society Series) London and New York: Routledge.

BECKER, U., 2018, Long Term Care in Europe: An Introduction, em: Long-Term Care in Europe (pp. 1-18). Springer, Cham.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Núcleo de Redação Final em Comissões. Comissão Especial - PL 1399/03 - Estatuto da mulher: Reunião Ordinária N°: 0133/04. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0133/04> >. Acesso em: 08 jun. 2016.

BRASIL. Projeto n. 736 de 1937. Crêa o Estatuto da Mulher. Brasília: Arquivo da Câmara dos Deputados, 1937. [Localização: Arquivo da Câmara dos Deputados.]

BROOKS, Ethel, 2012, The Possibilities of Romani Feminism. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 38, n. ° 1, p. 1-1. <https://doi.org/10.1086/665947>.

BUTLER, Judith, 2003, Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASTELLS, Manuel, 2000, Materials for an exploratory theory of the network society. *British Journal of Sociology*, v. 51, n.° 1, p. 5-24.

CUNHA, Isabel, 2005, Mundos Imaginados: As brasileiras e nos Media em Portugal. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, UERJ.

GAJJALA, Radhika, 2000, Internet constructs of identity and ignorance: “Third-world” contexts and cyberfeminism. In: G. Pagnucci & N. Mauriello (Eds.), (1999-2000). *The future of narrative discourse: Internet constructs of literacy and identity: Vol. 17/18. Works and Days* (pp. 33–36).

GENOFRE, Roberto Mauricio, 1995, Família: uma leitura jurídica. Em: FALCÃO, Maria do Carmo. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez.

GOMES, Mariana, 2009, Marketing Turístico e Violência contra as Mulheres: (des) (re)construções do Brasil como Paraíso de Mulatas. Tese de Mestrado, Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GUIMARÃES, N. A., HIRATA, H. S., e SUGITA, K., 2011, Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Sociologia & antropologia*, 1(1), 151-180.

HEGEL, G. W. F., MENESES, P., & DE LIMA Vaz, H. C., 1992, *Fenomenologia do espírito*.

HIRATA, H., 2014., “Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. *Tempo social*, 26(1), 61-73.

HOTIMSKY, Sônia N., ALVARENGA, Augusta Thereza, 2002, A definição do acompanhante no parto: uma questão ideológica?. *Rev. Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 461-482.

LIMA, A. P., 2016., “O cuidado como elemento de sustentabilidade em situações de crise. Portugal entre o Estado providência e as relações interpessoais”. *cadernos pagu*, (46), 79-105.

LECHAT, P., 2001, “Economia Moral um conceito bom para pensar economia solidária?” *Ciências Sociais Uninsinos, Uninsinos*. S. Leopoldo, v 37.

- LECHNER, E. , 2007., “Imigração e saúde mental”. Migrações, (1), 79-101.
- MACHADO, Igor José, 2007, Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal. Em: MACAISTA, Jorge (Org.). Imigração brasileira em Portugal. Lisboa: ACIDI. 171-189.
- MARGOLIS, M. L., 2008, Brazilian Immigration to the U.S.: Future Research & Issues for the New Millennium. Em: BRAGA, L; JOUËT-PASTRÉ, C. (Org.). Becoming Brazucas: Brazilian Immigration to the U.S. Cambridge: Harvard University Press.
- MASLACH, C., SCHAUFELI, W. B., & LEITER, M. P., 2001., “Job burnout”. Annual review of psychology, 52(1), 397-422.
- PADILLA, Beatriz, GOMES, Mariana, e FERNANDES, Gleiciani, 2010, Ser brasileira em Portugal: imigração, género e colonialidade. Atas do 1º Seminário de estudos sobre imigração brasileira na Europa. Barcelona, 25-27 de Novembro, 113-120.
- PADILLA, Beatriz, 2009, As migrações latino-americanas para a Europa: uma análise retrospectiva para entender a mobilidade actual. Em: PADILLA, Beatriz; XAVIER, Maria (Org.). Migrações - Migrações entre Portugal e América Latina, nº 5 (número temático), Lisboa, ACIDI, pp. 19-35.
- PAPERMAN, P., 2013.,” Care et sentiments”. Presses universitaires de France.
- PONTES, Luciana, 2004, Mulheres brasileiras na mídia portuguesa, Cadernos Pagu (23): 229-256.
- PINTO, Celi Regina Jardim, 2001, Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. Revista USP, São Paulo, v. 49, p. 98-113.
- PIRES, Álvaro, P, 2010, Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean *et al* (Org.). A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes.
- RODRIGUES, Laís, 2015, Parir é libertário: etnografia em um grupo de apoio ao parto humanizado de Recife/PE. Tese. Doutorado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SCAVONI, Lucila, 2001, A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Cadernos Pagu. Campinas, 16, p. 137-150.
- SCHÜTZ, Alfred, 1998, Éléments de sociologie phénoménologique, introduzido e traduzido por Thierry Blin, Paris, L’Harmattan.
- SCHULZ, R., & QUITTNER, A., 1998., “Caregiving for children and adults with chronic conditions: Introduction to the special issue”. Health Psychology, 17(2), 107-111.
- SOARES, Luiz Eduardo et al, 2005, Cabeça de porco. Rio de Janeiro: Objectiva.
- STRATHERN, Marilyn, 2006, O género da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da UNICAMP.

THÉBAUD, Françoise, 2002, A medicalização do parto e suas consequências: o exemplo da França no período entre as duas guerras. Rev. Estudos Feministas. Florianópolis, Ano 10 (2), p. 415-427.

TOMÁS, Júlia, 2008, “A Invisibilidade Social, uma perspectiva fenomenológica”, Comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: Saberes e Práticas.

VERUCCI, Florisa, 1994, Mulher e Família na Nova Constituição Brasileira. In: TABAK, Fanny; VERUCCI, Florisa (Org.). A difícil igualdade: os direitos da mulher como direito humanos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

WERNECK, Jurema., 2013, “É preciso imagem para recuperar a identidade”: histórias de nós, mulheres negras, e processos de aniquilamento. Em: ANDRADE, Daniela, DE GARAY, Jimena Hernandez, SILVA JUNIOR, Aureliano Lopes, e UZIEL, Anna Paula, 2013, Feminilidades: Corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: EDUERJ.